

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE JARDIM

LEI N.º 1907/2018

Social

Jardim-MS, 09 de Maio de 2018.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GUILHERME ALVES MONTEIRO, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, crédito adicional especial ao Orçamento Programa de 2018, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 184.500,00 (cento e oitenta e quatro mil e quinhentos reais), destinado à inclusão de classificações econômicas nas dotações orçamentárias, constante no Programa de Trabalho abaixo especificado:

Órgão Orçamentário: 08.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Unidade Orçamentária: 08.02 – Fundo Municipal de Assistência

Rua Coronel Juvêncio, 547 – Centro – CEP 79240-000 – JARDIM – Estado de Mato Grosso do Sul Fone: (67) 3209-2500 e-mail: governo@jardim.ms.gov.br CGC 03.162.047/0001-40



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE JARDIM

Art. 2° - Os recursos para abertura do crédito autorizado no art. 1° desta Lei decorrerão através de suplementação por Excesso de Arrecadação, na forma do art. 43, § 1°, Inciso II da Lei 4.320/64, com base no Termo de Aceite de 24 de Fevereiro de 2018 e Portaria n° 3 de 15 de Fevereiro de 2018 da Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, e que conforme o anexo da referida Portaria o Município de Jardim-MS concluiu o Aceite ao Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.

Art. 3° - Os anexos da Lei Orçamentária Anual n° 1899/2017 de 27 de dezembro de 2017 passam a incorporar as alterações verificadas nesta lei.

Art. 4° - As medidas adotadas nesta Lei não prejudicam o percentual autorizado no 5° da Lei Orçamentária Anual.

Art. 5° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar os Anexos que compõe a Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO 2018) e Plano Plurianual (PPA 2018/2021) no que couber e se fizer necessário, com as alterações verificadas nesta Lei.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

GUILHERME ALVES MONTEIRO
Prefeito de Jardim/MS